



## O feminismo na prática das mulheres agricultoras: a terra, a coletividade e a natureza

Paula Eduarda Carloto Peralta<sup>1</sup>; Amanda Vieira Teodoro<sup>2</sup>; Ruth Tainá Aparecida Piveta<sup>3</sup>

### Resumo

As mulheres camponesas no ocidente, não alcançadas por produções teóricas e acadêmicas urbanas e invisibilizadas por uma produção neoliberal de um feminismo hegemônico, vêm resistindo através de uma ação prática do feminismo em seu cotidiano. Agricultoras independentes ou pertencentes a movimentos sociais de luta pela terra, remodelam suas relações com a terra, com a coletividade e com a natureza, subvertendo relações patriarcais. Esse trabalho objetiva refletir sobre as microrrevoluções realizadas por mulheres neste contexto, através da análise da entrevista de uma mulher camponesa integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a fim de compreender como se dá a prática de luta destas mulheres e contribuir com os saberes sobre os feminismos das mulheres camponesas, com o intuito de visibilizá-las. As reflexões partem da perspectiva teórica de Félix Guattari e Suely Rolnik no livro *Micropolítica: Cartografias do Desejo* e do feminismo comunitário, proposto por Lorena Cabnal em *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*.

**Palavras-chave:** mulheres agricultoras; microrrevolução; feminismo.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Londrina. E-mail: paulacperalta@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Londrina. E-mail: teodoramandav@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda e Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista- Campus Assis/SP. E-mail: ruthpiveta@yahoo.com.br

GT 03 - Feminismo, políticas públicas e novas estratégias de resistências: de marchas, movimentos e margaridas

## **Feminism in the practice of women farmers: land, collectivity and nature**

### **Abstract**

The peasant women in the western world have little or no access to theoretical and academic productions of the city and are invisible to the hegemonic neoliberal feminism agenda. However, they are offering resistance through a practical action of feminism in their day to day life. Farmer women, who are inside a social movement fighting for their own land or not, reshape their relationship towards the earth, the collectivity and nature, subverting patriarchal relations. This work has the goal to reflect upon the micro-revolutions made by the women in this context and to understand how these rural women fight in practical terms, using for this the analysis of an interview given by a peasant woman who takes part on the *Movimento dos Trabalhadores sem Terra*. It also has the goal to expand the knowledge on these countryside women feminism, therefore making them more visible. The conclusions are drawn from the theoretical perspective of Félix Guattari and Suely Rolnik found in the book *Micropolítica: Cartografias do Desejo* and from the communitarian feminism proposed by Lorena Cabnal in *Feminismos diversos: el feminismo comunitário*.

**Keywords:** peasant women; micro-revolution; feminism.

### **Introdução**

A produção de saberes sobre o feminismo nos países latinoamericanos, vive os reflexos de uma colonização territorial e epistemológica que concentra suas teorias no ambiente acadêmico e urbano, em sua maioria, voltadas, à realidade da mulher branca. Mangrovejo (2020) ressalta que as primeiras discussões sobre o feminismo partiram de feministas brancas estadunidenses, buscando sua presença no campo de trabalho, no momento de institucionalização e globalização do capitalismo, o que fez com que seus direitos e leis trabalhistas contribuíssem para o desenvolvimento deste sistema com a exploração da mão de obra feminina.

Ao refletir sobre o atual tempo histórico neoliberal e a incorporação do feminismo às suas discussões, Medina-Vicent (2020) aborda a reapropriação dos “interesses da luta feminista” pelo neoliberalismo, este que tem como prioridades políticas os interesses das grandes empresas e corporações mundiais. O neoliberalismo normaliza um tipo de feminismo padronizado utilizando de sua midiatização e comercialização, feminismo este não questionador do próprio sistema como criador das opressões sociais às mulheres. Desse modo, Medina-Vicent (2020) aponta para a existência de feminismos críticos, como os feminismos marxistas, negro, autônomos latinoamericanos, decoloniais, entre outros, que têm suas existências invisibilizadas por uma ótica militante neoliberal que neutraliza diferenças raciais, sociais, de classe, gênero, cidadania e outros. Dessa forma, o presente trabalho discute a prática feminista vivenciada no cotidiano das mulheres do campo, que, de maneira geral, subverte a lógica patriarcal e de mercantilização da terra, através de um olhar crítico sobre o sistema econômico e social capitalista. Há, assim, o intuito de questionar as análises unicamente pautadas no feminismo teórico academicista vinculado às feministas europeias e norte-americanas, visto que há o perigo de enquadrar as mulheres latinas camponesas em uma única perspectiva, colonizando a discussão e desconsiderando outras questões relevantes para a reflexão sobre os feminismos (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017). Propõe-se então destacar os estudos feministas que abordam a realidade e as subjetividades das mulheres camponesas latino americanas a partir de seus próprios olhares.

Quando se trata da realidade das mulheres camponesas, observa-se que a lógica capitalista atua na promoção de opressões estabelecidas através dos papéis de gênero historicamente definidos nas culturas. Ao discutir as relações de gênero no campo, Salvaro, Lago e Wolff (2014) entendem que a agricultura familiar, presente na produção de alimentos nacionais com grande impacto, é fundada na associação entre propriedade, trabalho e família. Essa realidade parte

da herança colonial patriarcal, que Federici (2017) afirma vir da histórica inferioridade feminina forjada no período pré-capitalista europeu com os cercamentos e com a chegada dos senhores colonos nas Américas, realizando a repartição das terras e a formação das propriedades privadas. Nesse período para a mulher se reservou a passividade de ser cuidadora e dona de casa.

Ao estudar sobre o modo como o sujeito se constitui na sociedade, Guattari e Rolnik (1996) dissertam que no sistema econômico capitalista se constrói o ser através de grandes máquinas produtivas, como a mídia, as instituições e as relações sociais historicamente enraizadas. O sujeito tem sua subjetividade marcada “até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p.38). Assim, compreender o sujeito enquanto composto por atravessamentos de ordem sociais, culturais, biológicos, econômicos e políticos, permite compreender que não há um modo único de ser mulher e camponesa, mas que “a oposição homem/mulher serve para fundar [e manter] a ordem social, antes das oposições de classe, de casta, etc” (GUATTARI, 1981, p. 36).

Ao analisar a exploração da mão de obra das mulheres no campo, Korol (2016), observa que vivem no mundo 1.600 milhões de mulheres camponesas, representando quase um quarto da população mundial, entretanto, apenas 2% da terra é propriedade destas, e recebem apenas 1% de todo o crédito da agricultura. Ainda segundo a autora, em 2016, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), quase metade da população rural que reside na América Latina e Caribe são mulheres (58 milhões), com carga horária de trabalho chegando a doze horas diárias, encarregadas da horta, do cuidado dos animais, da colheita, da cozinha, do cuidado das crianças e das pessoas doentes e outras funções. Tais dados corroboram com o que Federici (2017) descreve sobre a discriminação do sujeito mulher como uma das bases do sistema capitalista e de onde se extrai uma dupla exploração da mão de obra, a doméstica e a de sua

força de trabalho, acompanhada da menor valorização salarial.

Dessa forma, Noronha e Fraga (2017) dissertam as pautas feministas no campo como um material político de emancipação das mulheres e denúncia dos modos exploratórios que existem nos âmbitos de sustentação da vida, da natureza e dos trabalhos de cuidado, que muitas vezes é estabelecido por mulheres. Assim, a resistência feminista das mulheres camponesas se apoia em sua reafirmação enquanto parte do campo como agricultoras, as entendendo enquanto autônomas e ativas no estabelecimento de suas próprias alianças, com a terra, a comunidade do campo e com a natureza.

Bem como esse modo de estabelecimento de resistência, Guattari e Rolnik (1996) apontam para possibilidades de subversão à subjetivação globalizada e às opressões que os sujeitos carregam, através do processo de singularização. Este conceito é descrito como a busca pelo sujeito de sua subjetividade relacionada a sua sensibilidade humana, sua relação com a natureza e com os demais seres vivos e demais modos de subjetivação que aproxime o sujeito de sua potência de agir no mundo, podendo se rebelar por fim contra uma subjetividade homogeneizante. Na realidade das mulheres camponesas, o processo de singularização se aproxima da necessidade de se buscar um novo modo olhar para si partindo de suas próprias referências e concepções, descolonizando também sua visão sobre a terra e a natureza e repensar a prática de uma agricultura longe de papéis de gênero e exploração. Vale ressaltar que, enquanto processo, as lógicas de singularização não podem ser vistas como elementos estáticos, como receitas prontas, cada sujeito, em sua vivência coletiva e individual, poderá construir caminhos únicos e mutantes no que se refere à fuga das lógicas normatizantes.

Além disso, outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, apresentam a construção de outro olhar crítico sobre o sistema social e as redes que atravessam o cotidiano das mulheres camponesas. De acordo com o site do MST, sua luta agrega

uma função social para a terra, trabalhando com base na agroecologia, onde a mulher resgata “a sua relação com a natureza, com os saberes de seus ancestrais, o seu cuidado com o próximo, sua sensibilidade, sua consciência sobre si mesma” (MORAIS; FONSECA, 2018). Pensamento análogo ao do Feminismo Comunitário, que trata da “recriação e criação do pensamento político ideológico feminista e cosmogônico surgido para reinterpretar as realidades da vida histórica e cotidiana das mulheres indígenas, dentro do mundo indígena” (CABNAL, 2010, p. 11-12, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Guattari e Rolnik (1996) associam essas fugas as lógicas pré-estabelecidas e opressivas, como microrrevoluções no cotidiano: resistências aos processos de produção de subjetividade capitalísticas, construindo outras formas de subjetivação consciente e inconsciente dos sujeitos e dos grupos sociais. Assim, o feminismo das mulheres agricultoras volta um olhar para si, resgatando seu próprio modo de ser no mundo, e um olhar para o seu meio, os reconstruindo afetivamente e somando forças às lutas diárias.

## Coletividade

Dentro do MST se criam modos de subjetivação, coletivos e de lutas, para que o ideal comum de reivindicação pela reforma agrária se estabeleça. Para Terelho (1989), a coletividade ajuda no fortalecimento da união e da organização entre os integrantes e faz com que essas características sejam algumas das principais formas de luta pela conquista dos direitos, além de manter os trabalhadores unidos por laços mesmo depois de alcançar seus objetivos.

Na entrevista com a participante do movimento, encontra-se relatos como: *“Não é ninguém largado sabe, sempre tem alguém que tá cuidando de nós. Sempre tem um que tá na peleia com nós [sic]”*. Relatos

---

<sup>4</sup> “recreación y creación de pensamiento político ideológico feminista y cosmogónico, que ha surgido para reinterpretar las realidades de la vida histórica y cotidiana de las mujeres indígenas, dentro del mundo indígena.”

como esse trazem a coletividade nas palavras e como sentimento. De acordo com Chauí (2003), essa potência de ação em coletivo é favorecida quando acompanhada da amizade e da generosidade.

Essa coletividade é entendida pela ética de Espinosa como algo a ser conquistado pela união do *conatus*, termo que vem do latim e significa esforço.

Ainda em Espinosa, pode-se relacionar o conceito de *conatus* com a potência de agir em Deleuze (2002). Essa potência é aumentada “quando encontramos um corpo que convém à nossa natureza e cuja relação se compõe com a nossa, diríamos que sua potência se adiciona à nossa: as paixões que nos afetam são de alegria, nossa potência de agir é ampliada ou favorecida” (DELEUZE, 2002, p.33). Dentro do MST, o espaço para reivindicações das mulheres observa as demandas dos grupos humanos que o compõe, aflorando as potências de agir dessas mulheres. A importância e a potência dessa coletividade, é visível no seguinte trecho da fala da agricultora entrevistada:

*Aqui eu estou vindo só vender as coisa dos companheiro de lá. Foi abrida [sic] a porta, né? Pra gente não perder a banca e foi uma coisa que foi conquistada, né? Como eu não plantei pra vir vender eu pego e falo: “Não, eu vou lá vender pra turma”. Aí eu venho vender pra uns quatro, cinco.*

A partir disto se verifica uma relação de troca mútua para quem produz, para quem vende e para quem consome. De acordo com Santos, Siqueira, Araújo e Maia (2014), há a possibilidade do estabelecimento de laços, permitindo com que as pessoas troquem experiências e cooperem umas com as outras, falem de suas produções e de suas trajetórias. Além disso se subverte a busca incessante pelos lucros, que será buscado a partir do trabalho excedente do trabalhador explorado (KAUTSKY, 1980), a microrrevolução das mulheres camponesas põe em prática a lógica da coletividade e da não competição capitalística. Essas mulheres também trabalham diretamente para o consumidor, sem intermediários, atividade esta que foi destituída pelo sistema capitalista, onde o trabalhador deixou

de ser o proprietário de seus meios de produção (KAUTSKY, 1980). Dessa forma, as mulheres camponesas constroem suas microrrevoluções no cotidiano de suas próprias vidas, do movimento e do povo brasileiro.

### **Mulheres e a natureza**

Segundo Garcia (2009), a partir da mitologia hebraica, da mitologia grega e do cristianismo primitivo, se pode encontrar simbolismos da mulher e do feminino associados à concepção de natureza, ambas como seres a serem conquistados e dominados. A autora acrescenta que interpretações da natureza como sendo selvagem, incontrolável, responsável pelos desastres ditos “naturais”, são associadas ao estereótipo da mulher “emocional”, em contraste a suposta “racionalidade” masculina (grifos da autora), estereótipos que servem à dominação patriarcal e masculina da mulher e da natureza.

Ao adentrar a historicidade da separação das mulheres de sua ligação com a terra, o livro *Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici (2017), traz a divisão sexual do trabalho nas colônias e a realidade das mulheres europeias pobres, africanas e indígenas, que atualmente ocupam, em sua maioria, o campo. Com a institucionalização da escravidão as mulheres brancas foram destinadas ao trabalho doméstico. As escravas e mulheres mestiças, provindas de relações compulsórias com os senhores de engenho, foram destinadas aos trabalhos mais marginalizados, e foram julgadas sob os olhos da inquisição como mulheres envolvidas com crenças mágicas, já que culturalmente compartilhavam de remédios e curas.

No entanto, através da Cartilha *Sementes de Vida nas Mãos das Mulheres Camponesas*, a sensibilidade da mulher, é agora relacionada com a força das mulheres e ao reconhecimento de suas potências, capazes de transformação e luta, que diz:

Podemos perceber que há uma relação íntima e parecida entre as mulheres, a terra e a natureza.



Todas geram, cultivam e recriam a vida nas diferentes espécies. Por isso essa sensibilidade que as mulheres carregam em relação à natureza é tão visível e presente nas suas atitudes (Cartilha MMC, 2017, p. 4).

Sobre isso Lorena Cabnal (2010), feminista comunitária xinka-maya da Guatemala, disserta em *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* sobre o conceito de “território-corpo-terra”, relacionando o corpo com a terra de modo não hierárquico, subvertendo a concepção moderno-ocidental-hegemônico de distinguir e separar terra e corpo como territórios materiais que se habitam e são explorados e violentados. “Assumir a corporalidade individual como território próprio e irrepitível, permite o fortalecimento do sentido de afirmação de sua existência de ser e estar no mundo” (CABNAL, 2010, p. 22, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Com esse processo de apropriação da terra, do eu e do espaço, o autoconhecimento se expressa na recuperação e defesa do corpo, com o desmonte dos pactos masculinos que as prendiam a papéis de gênero e papéis sociais. Esse movimento, segundo Cabnal (2010), é uma proposta feminista que integra a luta cotidiana e histórica dos povos para a recuperação e defesa do território, onde se manifesta a vida dos corpos. Segundo a autora “a relação dos corpos com a natureza é uma relação recíproca, é uma relação que faz a vida e tece a vida, portanto, os corpos não têm poder sobre a natureza e a natureza não tem poder sobre os corpos” (CABNAL, 2015). Assim, para a autora, a proposta feminista deve estar ligada sempre a emancipação da natureza, já que tanto o corpo feminino como o terra foram igualmente marcadas por uma exploração e violência como base do sistema econômico.

Nesta concepção, o poema “Dizes-me” de Alberto Caeiro, heterônimo do escritor português Fernando Pessoa, pode sensibilizar o debate para tal ideia, pondo em questão a suposta superioridade de si

---

<sup>5</sup> “Asumir la corporalidad individual como territorio propio y irrepitible, permite ir fortaleciendo el sentido de afirmación de su existencia de ser y estar en el mundo.”

(homem) sobre os elementos naturais:

Se sou mais que uma pedra ou uma planta? Não sei.

Sou diferente.

Não sei o que é mais ou menos.

[...] Ninguém pode provar que é mais que só diferente. [...] Sim, escrevo versos, e a pedra não escreve versos. Sim, faço ideias sobre o mundo, e a planta nenhuma.

Mas é que as pedras não são poetas, são pedras; E as plantas são plantas só, e não pensadores.

Tanto posso dizer que sou superior a elas por isto,  
Como que sou inferior.

Mas não digo isso: digo da pedra, “é uma pedra”,

Digo da planta, “é uma planta”, Digo de mim, “sou eu”.

E não digo mais nada. Que mais há a dizer?  
(CAEIRO, A. [Fernando Pessoa] 1946).

O poema aponta uma relação horizontal do eu lírico com a planta e com a pedra, convidando o leitor ao questionamento sobre a suposta superioridade humana frente ao mundo, já que os seres coexistem com suas particularidades e modos diferentes de perceber o mundo e se perceber através dele. Assim, todos esses diferentes (a planta, a pedra, o ser humano, etc) constituem o grande mundo que os mantém, onde não há uma divisão ilusória das partes, mas um todo que é mantido por cada ação em seu micro.

## **Metodologia**

Para a pesquisa foi utilizada a entrevista semiestruturada, que segundo Boni e Quaresma (2005), são perguntas realizadas para nortear a pesquisa e deixar o entrevistado livre em suas respostas. Participou uma camponesa integrante do MST, atualmente residente em um assentamento localizado na cidade de Centenário do Sul, no

Estado do Paraná. O encontro foi realizado na Vila Cultural Canto do MARL (Movimento dos Artistas de Rua de Londrina), local ocupado para produção de atividades culturais que estimulam discussões artísticas e políticas, ações político-culturais e intercâmbios entre os artistas locais e movimentos culturais brasileiros. O Canto do MARL recebe o “Feirão da Resistência e Reforma Agrária” no qual produtores e artistas da região participam, entre eles o MST, que realiza a venda de alimentos e é parte da produção de uma “economia criativa” (MARL, 2019).

Foi feita a análise da entrevista com suporte da bibliografia encontrada. Dentre os assuntos de foco da entrevista estão: a coletividade, o papel da mulher dentro do movimento e as dificuldades encontradas na luta, a valorização e os processos de singularização e as mudanças na vida da entrevistada depois de entrar no movimento. Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico das obras de Félix Guattari e Suely Rolnik, mais especificamente do livro *Micropolítica: Cartografias do Desejo*, de 1996. Também foram estudadas obras de feministas latinoamericanas como Lorena Cabnal em *Feminismos diversos: el feminismo comunitario* e também fragmentos do livro *Somos tierra, semilla y rebeldía: Mujeres, tierra y territorio en América Latina*, autoria de Claudia Korol. Além disso, foram consultadas informações disponibilizadas no próprio site do MST, dentre outras pesquisas sobre os temas abordados neste trabalho.

## Resultados

Ao analisar algumas das falas da integrante do movimento foi possível observar sua visão acerca da tendência massificadora e categorizante dos corpos dos sujeitos nos ambientes urbanos, do qual a entrevistada fazia parte anteriormente à sua entrada no MST. Consolida-se então o que dizem Guattari e Rolnik (1996) sobre o modo de subjetivação capitalística, que reduz as singularidades e as subjetividades dos sujeitos ao capital, os reduzindo à sua classe social,

seu trabalho e à números de identificação.

A entrevistada se descreve como uma “máquina de trabalhar” nos seguintes trechos: “*Eu não era ninguém aqui na cidade, só era uma máquina de trabalhar. Você tem que trabalhar pra trabalhar*” e “*A gente vivia aqui na cidade e cê [sic] vive meio estressado, né? Lá [no campo] não. Lá você vive mais sossegado, apesar de toda dificuldade que a gente tem que é financeira, você vive sossegado*”. Também se observa a comparação do sossego presente no campo com a velocidade presente na cidade. Guattari e Rolnik (1996) apontam que são esses fatores presentes no campo os responsáveis pelo processo de singularização de seus corpos, os devolvendo seus valores singulares e os reconectando com seu espaço.

Indo um pouco além, encontra-se no livro de Kautsky (1980) a seguinte reflexão: “Onde quer que se encontrem camponeses proprietários, encontra-se igualmente a abundância, a tranquilidade, a felicidade e a virtude.” (p. 29-30). A fala da entrevistada sobre o viver mais sossegado no campo reforça tal fragmento de Kautsky.

Porém, o sossego no campo descrito nos trechos não representa inteiramente a realidade das camponesas participantes de movimentos sociais, como o MST, visto que elas sofrem ataques diversos através da lógica neoliberal, enquanto lutam pelo direito à terra. Na seguinte fala a integrante do movimento expressa que há dificuldades e que sofrem afrontamentos por parte do Estado contra as tomadas de posse das terras ocupadas e a forma de organização social que o movimento apresenta. Tais ataques afetam direta e/ou indiretamente negativamente na tentativa de invisibilizar a luta e criminalizar o movimento.

*Com essa política aí a nossa turma recuou. Não foi pra frente ainda. Eu não sei se é o medo do confronto, de “vamos deixar a poeira abaixar”, ver o que vai acontecer lá na frente, pra hora que tiver de agir, vamos pra rua, por exemplo ou vamos ocupar fazenda, né?! Porque nosso objetivo é esse.*

Medica-Vicent (2020) aborda a criminalização e desmonte dos movimentos sociais pelo Estado no modelo capitalista neoliberal. Esse modelo parte da concepção de que a igualdade de direitos e a justiça estão sendo garantidos para todos, já que a liberdade e o livre mercado são reconhecidos. No entanto, é ilusório uma conquista meritocrática de direito a terra e a bens pessoais em um país que tem sua história alçada na desigualdade social e econômica dos sujeitos. Assim, as decisões estatais são tomadas, em sua maioria, ignorando a realidade factual e prática da população, agindo contra modos de sobrevivência e luta, como os movimentos sociais.

No ambiente urbano a vida do trabalhador é voltada para o ritmo de produção, que molda seu tempo de trabalho, seu tempo de descanso, suas férias e todo seu ritmo de vida. Desse modo, quando se fala em processo de singularização, nota-se uma nova perspectiva de vida em que o foco está no sujeito, voltando-se ao seu tempo, aos seus afetos e potências individuais. Nesse sentido, o processo de singularização pode ser observado no trecho a seguir, em que a agricultora é questionada sobre o que a fez se identificar e se manter no movimento mesmo com as dificuldades:

*O valor que eles deu [sic] em mim. Eu trabalhava igual uma condenada, né? [na cidade]. Eu não falava e tudo que eu ia falar eu falava errado. A minha patroa falava assim: "Você não tem que falar desse jeito!". Ela me corrigia de muitas coisas erradas que eu falava, né? Aí depois eu fui pros [sic] meus cursos. Lá eu aprendi a comunicar com o povo. Hoje se for fazer uma assembleia com duzentas, trezentas pessoas, eu não tenho vergonha. Eu só não gosto de ler pra ninguém! Não me faça ler pra ninguém. Mas conversar, discutir do movimento... o que eu saber eu tiro de letra, da minha maneira simples, né?*

A contraposição entre a desvalorização da sua fala, ocorrida em seu antigo ambiente de trabalho, e a valorização dada a ela em um novo contexto, dentro do movimento, demonstra o que se pode entender segundo Deleuze (2002) como bons encontros. São os bons encontros, que aumentam nossa potência de viver e nossa potência de

ação no mundo. Assim, nos bons encontros tem-se a possibilidade de uma vida mais potente, mais alegre e expansiva, no sentido de “abrir caminhos para o que cada um pode e deseja, quanto sujeito no/do mundo” (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016, p. 126).

Antes a entrevistada era uma pessoa corrigida pela patroa segundo os modos normalizadores e massificantes do sistema, como se ela fosse uma pessoa que deveria ser “conscientizada” e “ajudada”. Com a participação no movimento, a integrante se sente valorizada e parte de uma luta conjunta, assim, entende-se que há uma aproximação do sujeito com a sua potência proporcionada pelos bons encontros vivenciados em decorrência da luta coletiva.

A ocupação de cargos administrativos dentro do movimento pelas mulheres agricultoras também esteve presente nas falas e demonstrou a importância da posição política ocupada pela mulher, para uma maior apropriação de sua pauta e para representar um sentido de ocupação de seu corpo e saberes como um território-corpo-terra. Cabnal (2010) afirma que recuperar a posse individual do próprio território-corpo pelas mulheres consiste em recuperar a história pessoal, temporal e particular que este corpo vivenciou devidos as disputas e violências patriarcais e questionando todas ordens que prendem a sua liberdade. Assumir um lugar de fala, de ação e organização nas frentes de coordenação do movimento permite a mulher mostrar sua potência e “reconhecer sua resistência histórica e sua dimensionalidade de potência transgressora, transformadora e criadora” (CABNAL, 2010, p. 22, tradução nossa)<sup>6</sup>.

*Aí um conhecido me chamou e falou: “L., você quer participar da coordenação?”. Eu falei: “Mas eu nunca fui nesses negócios”. Ele falou: “Não, mas não tem nada. Na coordenação você vai discutir questões que se referem ao acampamento”. Aí eu fui e gostei. [...] Eu fui dirigente de finanças, fiquei um tempo na educação... hoje eu só tô como coordenadora de grupo no assentamento.*

---

<sup>6</sup> "Reconocer su resistencia histórica y su dimensionalidad de potencia transgresora, transformadora, y creadora".

A coletividade dentro do movimento se insere na luta das mulheres agricultoras convidando-as a questionarem a lógica de individualização presente no sistema. Para Guattari e Rolnik (1960), entender a subjetividade dos sujeitos como uma construção social, ou seja, provinda das relações com seu contexto histórico, é separar a singularidade do corpo da massificação das subjetividades. Em sociedades capitalistas o sistema produz uma visão de “personalidade individualizada” para cada sujeito e a partir de uma forma opressiva de subjetivação, torna o indivíduo cada vez mais voltado aos seus próprios interesses e afastado dos interesses sociais.

Pode-se entender a atuação dos movimentos emancipatórios, quando se pensa nos usos da terra pelas mulheres agricultoras, como um modo de conquistar autonomia econômica. Deere, Lastarria-Cornhiel e Ranaboldo (2011), observam que o empoderamento econômico está no alicerce para o bem-estar das camponesas, na medida em que elas ganham autonomia e força de decisão na família, além de reconhecimento social. Garcia (2009) acrescenta que o uso da terra deve estar ligado a concepção de dependência entre o sujeito e a natureza para garantir a existência dessa matriz geradora da vida.

Analisar a subjetivação das mulheres agricultoras do movimento é se deparar com uma subjetividade que havia sido construída em um contexto capitalista, voltado a uma ótica individual de se enxergar a vida, mas que dentro do movimento subverteu a esta concepção, construindo uma nova subjetividade coletiva.

*A gente tem os nossos problemas, mas no dia que cê fala “vou na casa de fulano, na casa de sicrano...” [sic], cê se manda pro assentamento fora. Duzentos, trezentos metros cê tá na casa do vizinho. Tenho minhas conhecida lá, daí eu se mando, né? [sic].*

*Temos nossas reuniões, temos as festas e sempre tem a nossa turma. Tem aqueles mais chegados e tem os que não são, né? Vocês sabem como funciona o negócio. Aí nós nos juntamos na sede, eles fazem um churrasco ou um porco no tacho ou risoto e vai indo nossa vida.*

Pode-se entender as visitas na casa das vizinhas e vizinhos e as festas conjuntas como encontros de composição (DELEUZE, 2002), que aumentam a potência de vida e nutrem os corpos para a luta cotidiana, gerando prazer em relação a vida e uma nova ótica de se viver, dando potência produtora as suas subjetividades. Sendo assim, esses encontros se firmam como uma parte importante do cotidiano, visto que essa junção do corpo com a sua potência de vida, presente nas trocas com outros sujeitos e com o contexto, o faz mais forte e capaz de gerar mudanças.

Em um dos relatos da agricultora ela expõe a cobrança vinda da direção do movimento em ter que conquistar a terra, como uma meta a ser cumprida, mesmo que ela estivesse vivenciando um momento de sofrimento psíquico.

*Teve uma época que eu fiquei mal, eu fiquei mal. Tá [sic] faltando as coisa e falta entendeu. Chega uma hora que a sua cabeça fica estressada e a gente não tem um psicólogo, cê não tem ninguém pra conversar com você entendeu. Não tem ninguém pra desabafar dos problema [sic]. Você chega na direção: “Não...cês tem que tá ganhando a terra, vocês têm que se virar”. E não é bem assim, porque parece que o corpo da gente acaba cobrando e eu fiquei muito mal.*

Outra situação vivenciada pela entrevistada diz respeito a presença do machismo no movimento.

*Na minha opinião o nosso movimento fala que homem não pode bater em mulher e vice e versa, né? Mas vamos lá, né? Eu já vi umas realidades, na minha opinião, que não é igual para mulher, não é! Não adianta falar, porque tem o tal do machismo. Eu mesma já sofri isso. Não com meu companheiro, mas com gente dentro do assentamento. Por exemplo, eu queria fazer um negócio, a pessoa bateu de frente comigo e acabou que não fez o que eu pedi, entendeu? E não era uma coisa grande, era um mural que eu queria fazer para pôr umas fotos e a pessoa bateu de frente comigo. Eu senti que foi machismo, então não muda as conjuntura. Na minha casa é outra coisa, agora lá fora eu tive que abaixar a bola né.*



Dessa forma, se observa a importância e se propõe a descolonização dos discursos acadêmicos, para que o feminismo e os saberes sobre ele, tanto no âmbito teórico, quanto através de uma metodologia de ação de práticas feministas, chegue para todas as mulheres, inclusive às mulheres de áreas rurais, e com elas construa uma prática conjunta.

### **Considerações finais**

A partir da análise das falas da integrante do movimento o estudo pôde trazer à discussão a importância dos elementos de subjetivação que estão presentes no cotidiano das mulheres camponesas e agricultoras. Contrária à ótica opressiva do sistema social e econômico aos seus corpos, a microrrevolução das mulheres camponesas lança um novo olhar para natureza a partir de uma visão de sustentabilidade na agricultura, presente na agroecologia. O reflexo das práticas cotidianas na mudança de postura crítica em relação ao tempo da terra e de seus próprios corpos interfere na sua postura diante das lutas pela igualdade social e econômica.

Entende-se a atuação das mulheres camponesas no campo e nas cidades como microrrevoluções, que podem influenciar direta e indiretamente a realidade de outras mulheres, homens do campo e as relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos, a natureza e a terra. São mulheres que interferem e subvertem a lógica do capital e do patriarcado, criando uma outra relação com a terra e com a natureza, desafiando a que está atrelada a lógica hegemônica. Ir contra essa lógica não é algo simples nem tarefa pontual, é trabalho de vida e ação cotidiana, permeando todos os assuntos e chacoalhando as verdades impostas.

As problemáticas aqui expostas sobre o movimento feminista, suas atuações e diálogos com as mulheres da área rural, se estende também às mulheres indígenas, às mulheres negras, às mulheres em situação de rua, às mulheres trans (transsexuais, travestis e

transgênero), à todas as mulheres que não fazem parte da classe média, branca e urbana, já que muitas vezes essa tríade protagoniza as discussões sobre o feminismo. Tem-se assim um desafio ao movimento, de se apropriar das questões que ultrapassam essa lógica hegemônica que também permeia o feminismo. Além disso, as concepções de gênero advindas do sistema patriarcal e a influência de um feminismo neoliberal que adentram o ambiente acadêmico precisam ser refletidas para que outras realidade de mulheres indígenas e camponesas também contribuam para repensar outros modos de luta que somam também o coletivo e a natureza.

Entende-se a importância de dar visibilidade aos movimentos sociais e aos espaços coletivos que estes constroem enquanto uma percepção e forma de existir no mundo, diferente da forma proposta e imposta pelos esquemas dominantes. Sendo assim, subverte-se a ideia imposta de que existe apenas um modo digno de viver e que é este que devemos seguir. Esses espaços coletivos ajudam refletir e questionar os modelos instaurados de repetição de um padrão hegemônico de viver a vida.

Por fim, entende-se que o diálogo com e entre os movimentos sociais se faz muito importante e necessário para transformar e construir diferentes formas de perceber a existência, tornando possível a construção de lutas conjuntas para a formação de diferentes modos de representação do mundo.

## Referências

- BITTENCOURT, Juliana. A recuperação do corpo como território de defesa. Entrevistada: Lorena Cabnal. *GENI*, n. 26, 2015. Disponível em: <https://revistageni.org/10/a-recuperacao-do-corpo-como-territorio-de-defesa/>. Acesso em: 02 de ago. de 2020.
- CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Las Segovias: ACSUR, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. *Política em Espinosa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

- DEERE, Carmen Diana. *Tierra de mujeres: reflexiones sobre el acceso de las mujeres rurales a la tierra en América Latina*. Fundación Tierra. Bolivia, 2011. Disponível em: [http://www.bioculturaldiversityandterritory.org/documenti/211\\_300000176\\_accesoalatierramujereslac.pdf](http://www.bioculturaldiversityandterritory.org/documenti/211_300000176_accesoalatierramujereslac.pdf). Acesso em: 03 ago. 2020.
- DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e apropriação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- GARCIA, L. A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida. *Gaia Scientia*, João Pessoa, v. 3 n. 1, p. 11-16, 2009.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Porto Alegre: Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.
- KOROL, C. *Somos tierra, semilla y rebeldía: Mujeres, tierra y territorio en América Latina*. Grain, 2016. Disponível em: <<https://grain.org/e/5563>>. Acesso em: 26 out. 2020.
- MANGROVEJO, D. M. M. Aportes y críticas feministas sobre la incorporación de las mujeres y el enfoque de género en el desarrollo. *Trabajo Social*, Bogotá, v. 22, n. 1, ene./jun. 2020.
- MEDINA-VICENT, M. Los retos de los feminismos en el mundo neoliberal. *Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1. Epub Mar 09, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e57212.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- NORONHA, I; FRAGA, L, S. A terra e seus significados para as mulheres de movimentos camponeses. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. *Anais Eletrônicos*. Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503407861\\_ARQUIVO\\_NORONHA\\_FRAGA\\_MMFG.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503407861_ARQUIVO_NORONHA_FRAGA_MMFG.pdf). Acesso em: 02 ago. 2020.
- PESSOA, F. *Poemas de Alberto Caiero*. 10. ed. Lisboa: Ática, 1946.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 51-70, 2014.

SAMPER-ERICE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 683-705, 2017.

SANTOS, C. F. et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Ambient. soc.*, São Paulo, n. 2, p. 33-52, 2014.

*Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas*. Cartilha Sementes. Movimento das Mulheres Camponesas. Disponível em: [http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha\\_sementes.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sementes.pdf). Acesso em: 02 ago. 2020

TERELHO, L. C. O Movimento Sem Terra de Sumaré espaço de conscientização e de luta pela posse de terra. *Terra Livre*, n. 6, 1989. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/78/77>. Acesso em: 03 ago. 2020.